

MARC BLOCH
**A SOCIEDADE
FEUDAL**

Título original: *La Société Féodale*

© Editions Albin Michel, Paris

Tradução de Emanuel Lourenço Godinho

Revisão de Edições 70

Capa de Alceu Saldanha Coutinho

Reservados os direitos para todos os países de Língua Portuguesa.



edições 70

Av. Duque de Avila, 69 r/c Esq. — 1000 - LISBOA

Telefs. 55 68 98 - 57 20 01

Distribuidor no Brasil: LIVRARIA MARTINS FONTES

Rua Conselheiro Ramalho, 330-340 — São Paulo

SEGUNDO LIVRO
A VASSALIDADE E O FEUDO

CAPÍTULO I
A HOMENAGEM VASSÁLICA

I. *O homem de outro homem*

Ser «o homem» de outro homem: no vocabulário feudal, não existia aliança de palavras mais difundida do que esta, nem mais rica de sentido. Comum aos falares românicos e germânicos, servia para exprimir a dependência pessoal, em si. E isto, fosse qual fosse, aliás, a natureza jurídica exacta do vínculo e sem ter em conta qualquer distinção de classe. O conde era «o homem» do rei, tal como o servo o era do senhor da sua aldeia. Por vezes, era até no mesmo texto que, com poucas linhas de intervalo, condições sociais radicalmente diferentes eram assim evocadas, uma após outra: tal como, cerca do final do século XI, a petição de monjas normandas que se queixavam de que os seus «homens» — isto é, os seus camponeses — fossem obrigados por um alto barão a trabalhar nos castelos dos «homens» deste: entenda-se, os cavaleiros, seus vassallos⁽¹⁵⁰⁾. O equívoco não era chocante, pois apesar do abismo entre as camadas sociais, a acentuação exercia-se sobre o elemento fundamental comum: a subordinação de indivíduo a indivíduo.

Todavia, se o princípio deste laço humano impregnava toda a vida social, as formas que revestia não deixavam de ser singularmente diversas. Com transições, por vezes quase insensíveis, das classes mais elevadas às mais humildes. Acrescente-se que, de país para país, havia muitas divergências. Será cómodo tomar por fio condutor um dos mais significativos entre as relações de dependência — o laço vassálico — e estudá-lo, primeiro, na zona mais «feudalizada» da Europa: ou seja, no coração do antigo Império carolíngio, na França do Norte, na Alemanha renana e na Suábia. Finalmente, esforçar-se por descrever, antes de qualquer pesquisa embriológica, os traços, pelo menos os mais salientes, da instituição, na época do seu pleno desenvolvimento: do século X ao XII.

II. A homenagem na era feudal

Eis dois homens frente a frente: um, que quer servir; o outro, que aceita, ou deseja, ser chefe. O primeiro une as mãos e, assim juntas, coloca-as nas mãos do segundo: claro símbolo de submissão, cujo sentido, por vezes, era ainda acentuado pela genuflexão. Ao mesmo tempo, a personagem que oferece as mãos pronuncia algumas palavras, muito breves, pelas quais se reconhece «o homem» de quem está na sua frente. Depois, chefe e subordinado beijam-se na boca: símbolo de acordo e de amizade. Eram estes — muito simples e, por isso mesmo, eminentemente adequados a impressionar espíritos tão sensíveis às coisas vistas — os gestos que serviam para estabelecer um dos vínculos mais fortes que a época feudal conheceu. Cem vezes descrita ou mencionada nos textos, reproduzida em selos, em miniaturas, em baixos-relevos, a cerimónia chamava-se «homenagem» (em alemão, *Mannschaft*). Para designar o superior que ela criava, não existiam outros termos além do nome, muito geral, de «senhor»⁽¹⁵¹⁾. Muitas vezes, com mais precisão, o seu «homem de boca e de mãos». Mas empregam-se, também, palavras mais especificadas: «vassalo», ou, até aos começos do século XII, pelo menos, «commendé» («recomendado»).

Concebido deste modo, o ritual era desprovido de qualquer sinal cristão. Explicável pelas distantes origens germânicas do seu simbolismo, uma tal lacuna não podia manter-se numa sociedade onde só se admitia que uma promessa fosse válida se tivesse Deus por fiador. A própria homenagem, na sua forma, nunca foi modificada. Mas, provavelmente depois do período carolíngio, um segundo ritual, propriamente religioso, veio sobrepor-se ao anterior: com a mão, estendida sobre os Evangelhos, ou sobre as relíquias, o novo vassalo jurava ser fiel ao seu senhor. A isto chamava-se «fé» (em alemão, *Treue* e, antigamente, *Hulde*). O cerimonial era, portanto, a dois tempos, mas as suas duas fases estavam longe de ter igual valor.

Na verdade, a «fé» nada tinha de específico. Numa sociedade perturbada, onde a desconfiança era de regra, ao mesmo tempo que a invocação das sanções divinas parecia um dos raros moderadores de certo modo eficazes, o juramento de fidelidade tinha mil razões para ser frequentemente exigido. Os oficiais reais ou senhoriais, de todas as classes, prestavam-no antes de iniciarem funções. Os prelados exigiam-no aos seus clérigos e os senhores das terras, muitas vezes, exigiam-no aos seus camponeses. Diversamente da homenagem, a qual, comprometendo num momento o homem todo inteiro, passava igualmente por incapaz de renovação, esta promessa, quase banal, podia ser por várias vezes repetida em relação à mesma pessoa. Havia, portanto, muitos actos de «fé» sem homenagem, mas não conhecemos homenagens sem «fé». Além disso, quando os dois rituais se juntavam, a supremacia da homenagem era traduzida pelo

seu lugar na cerimónia: situava-se sempre primeiro. A homenagem era a única que fazia intervir os dois homens em estreita união; a «fé» do vassalo constituía um compromisso unilateral ao qual só raramente correspondia um juramento paralelo por parte do senhor. Numa palavra, a homenagem era o verdadeiro criador da relação vassálica, sob o seu duplo aspecto de dependência e de protecção.

O núcleo formado deste modo durava, em princípio, o tempo que duravam as duas vidas que ele unia. Em contrapartida, logo que a morte punha termo a uma delas, desfazia-se por si. A bem dizer, veremos que, na prática, a vassalagem rapidamente se transformou em condição geralmente hereditária. Mas este estado de facto deixou que subsistisse, intacta, até ao fim, a norma jurídica. Pouco importava que o filho do vassalo falecido fosse prestar homenagem ao senhor que recebera a do seu pai; ou que o herdeiro do senhor precedente recebesse, quase sempre, as homenagens dos vassalos paternos: o ritual não devia, por isso, deixar de ser reiterado, de cada vez que a composição do par se alterava. A homenagem também não podia ser oferecida nem aceite por procuração: os exemplos contrários a esta regra datam todos de uma época muito tardia, quando o sentido dos velhos gestos quase se tinha já perdido. Em França, para com o rei, esta faculdade apenas se tornou legal no reinado de Carlos VII e mesmo assim com bastantes hesitações⁽¹⁵²⁾. De tal modo era exacto que o vínculo social parecia inseparável do contacto quase físico que o acto formalista estabelecia entre os dois homens.

O dever geral de auxílio e de obediência, imposto ao vassalo, era-lhe comum com qualquer pessoa que se tivesse constituído «o homem» de um outro homem; porém, no caso do vassalo, matizava-se de obrigações especiais, sobre cujos pormenores voltaremos a falar. A sua natureza correspondia a condições, bastante bem discriminadas, de categoria e de género de vida. Na verdade, apesar das grandes diferenças de riqueza e de prestígio, os vassalos não eram indiferentemente recrutados em qualquer camada da população. A vassalagem era uma forma de dependência própria das classes superiores, determinada, acima de tudo, pela vocação guerreira e pela do comando. Pelo menos assim se havia tornado. Para bem compreender as suas características, é conveniente investigar o modo como a vassalagem se destacou, progressivamente, de todo um conjunto de relações pessoais.

III. A génese das relações de dependência pessoal

Procurar um protector, ter prazer em proteger: estas aspirações são de todos os tempos. Mas só as vemos dar origem a instituições jurídicas originais nas civilizações onde aconteceu enfraquecerem os

outros quadros sociais. Foi o caso da Gália, após o desmoronamento do Império Romano.

Com efeito, imaginemos a sociedade da época merovíngia. Nem o Estado nem a linhagem ofereciam protecção suficiente. A comunidade da aldeia apenas dispunha da força que lhe dava a sua polícia interna. A comunidade urbana mal existia. Por toda a parte os fracos sentiam a necessidade de se aproximarem de alguém mais poderoso do que eles. Os poderosos, por sua vez, apenas podiam manter o seu prestígio e a sua fortuna, ou até garantir a sua segurança, angariando, por meio da persuasão ou da força, o apoio de inferiores obrigados a ajudarem-nos. De um lado, situava-se a fuga para junto de um chefe; do outro, atitudes de comando, por vezes brutais. E, porque as noções de fraqueza e de força são sempre relativas, em muitos casos, o mesmo homem era simultaneamente dependente de um mais forte e protector de outros mais humildes do que ele. Assim começou a instituir-se um vasto sistema de relações pessoais, cujos fios cruzados percorriam todos os andares do edifício social.

Assim submetidas às necessidades do momento, estas gerações não experimentavam o desejo nem o sentimento de criar novas formas sociais. Por instinto, cada um se esforçava por tirar partido dos recursos que a estrutura existente lhe oferecia e, se acabavam por fazer algo de novo, sem bem darem conta disso, era porque se esforçavam por adaptar aquilo que tinham. A herança de instituições e de práticas de que dispunha a sociedade que brotara das invasões era, aliás, singularmente matizada: ao legado de Roma, e também ao dos povos conquistados pelos Romanos, sem, no entanto, destruírem completamente os seus costumes próprios, vinham misturar-se as tradições germânicas. Não nos deixemos cair no erro de procurar para a vassalagem, nem, mais geralmente, para as instituições feudais, uma filiação étnica particular, encerrando-nos, uma vez mais, no famoso dilema: ou Roma, ou as «florestas da Germânia». Deixemos estes jogos às épocas, menos instruídas do que nós acerca do poder criador da evolução, que, como Boulainvilliers, acreditaram que a nobreza do século XVII descendia quase toda dos guerreiros francos, ou que interpretaram, como o jovem Guizot, que a Revolução Francesa foi uma desforra dos Galo-Romanos. Também os antigos fisiologistas imaginavam que o esperma continha um homúnculo já formado. A lição do vocabulário feudal é, no entanto, clara. Esta nomenclatura onde existem, lado a lado, como veremos, elementos de todas as origens — alguns emprestados, ora à língua dos vencidos, ora à dos vencedores, outros, como a própria «homenagem», feitos de novo — não nos oferece o espelho fiel de um regime social que, por ter sofrido fortemente a marca de um passado que era, ele próprio, singularmente heterogéneo pela composição, nem por isso deixou de ser acima de tudo o resultado das

condições originais do momento? «Os homens — diz um provérbio árabe —, assemelham-se mais ao tempo em que vivem do que aos seus pais.»

Entre os fracos que procuravam um defensor, os mais miseráveis faziam-se simplesmente escravos, comprometendo, desse modo, com eles, a sua posteridade. Muitos outros, no entanto, esforçavam-se por manter a sua condição de homens livres. Na maior parte das vezes, as pessoas que aceitavam a sua obediência nada tinham a opor a tal desejo. Naquele tempo, em que os vínculos pessoais ainda não haviam abafado as instituições públicas, gozar daquilo a que se chamava «liberdade» era, essencialmente, pertencer, na qualidade de membro de pleno direito, ao povo governado pelos soberanos merovíngios: ao *populus Francorum*, como vulgarmente se dizia, confundindo num só nome conquistadores e vencidos. A sinonímia dos dois termos «livre» e «franco» viria a atravessar os tempos. Ora, para um chefe, rodear-se de dependentes que gozavam dos privilégios judiciários e militares que caracterizavam o homem livre, em muitos aspectos, era mais vantajoso do que dispor apenas de um bando servil.

Estas dependências «de ordem *ingénuile*» — como eram designadas numa fórmula da Touraine — exprimiam-se com o auxílio de palavras que, em grande parte, provinham do mais puro vocabulário latino. Com efeito, apesar de todas as vicissitudes duma história agitada, os antigos usos do patronato nunca tinham desaparecido no mundo romano ou romanizado. Na Gália, especialmente, estavam implantados tanto mais facilmente quanto concordavam com os hábitos das populações submetidas. Não havia chefe gaulês que, antes da chegada das legiões, não visse gravitar à sua volta um grupo de fiéis, não só camponeses, como guerreiros. Conhecemos muito mal o que conseguiu manter-se, dos antigos costumes indígenas, depois da conquista e sob o verniz de uma civilização ecuménica. Tudo nos leva, no entanto, a pensar que, mais ou menos profundamente modificados pela pressão de um estado político muito diferente, eles não tenham deixado de prolongar-se. Em todo o caso, no Império inteiro, as perturbações dos últimos tempos tinham tornado mais necessário do que nunca o recurso a autoridades mais próximas e mais eficazes do que as instituições de direito público. Do cimo ao fundo da sociedade, quem, nos séculos IV ou V, quisesse precaver-se contra as duas exigências do fisco, ou ser favoravelmente considerado pelos juizes, ou apenas conseguir uma boa carreira, nada de melhor poderia fazer do que ligar-se, ainda que fosse livre e por vezes de um nível distinto, a um personagem seu superior. Estes vínculos, ignorados e por vezes proscritos pelo direito oficial, nada tinham de legal, não deixando por isso de constituir um cimento social dos mais poderosos. Ao multiplicarem os acordos de protecção e de obediência, os habitantes da Gália, tornada franca,

tinham, portanto, a consciência de que aquilo que faziam facilmente encontraria uma designação na língua dos seus antepassados.

Em boa verdade, a velha palavra clientela, pondo de parte as reminiscências históricas, tinha caído em desuso nos últimos anos do Império. Mas na Gália merovíngia, tal como em Roma, continuava a dizer-se que o chefe «tomava a seu cargo» (*suscipere*) o subordinado, do qual, por esse modo, se tornava «patrono»; o subordinado, dizia-se que se «recomendava» — entenda-se «se entregava» — ao seu defensor. As obrigações assim aceites eram vulgarmente chamadas «serviço» (*servitium*). Tal vocábulo teria horrorizado, algum tempo antes, qualquer homem livre, pois o latim clássico empregava-o como sinónimo de servidão; os únicos deveres que eram compatíveis com a liberdade eram os *officia*. Mas desde o final do século IV que *servitium* tinha perdido o significado original.

A Germânia, todavia, fornecia também o seu contributo. A protecção que o poderoso concedia ao fraco chamava-se muitas vezes *mundium*, *mundeburdum* — que devia dar, em francês, «maimbour» — ou ainda *mitium*, traduzindo este último termo mais especificamente o direito e a missão de representar o dependente em justiça: eram estes os vocábulos germânicos, mal disfarçados pelo revestimento latino que os documentos lhes impunham.

Mais ou menos intermutáveis, estas várias expressões empregavam-se indiferentemente, fosse qual fosse a origem, romana ou bárbara, dos contratantes. As relações de subordinação privada escapavam ao princípio das leis étnicas porque se mantinham à margem de todos os direitos.

Não sendo objecto de regulamentação, nem por isso se mostravam menos capazes de se adaptarem a situações infinitamente diversas. O próprio rei, que, na sua qualidade de chefe do povo, devia o seu apoio a todos os súbditos, em geral, e tinha direito à sua fidelidade, sancionada pelo juramento universal dos homens livres, concedia, apesar disso, o seu «maimbour» especial a um certo número deles. Quem ofendesse essas pessoas, colocadas «na sua palavra», ofendia-o directamente e incorria, como consequência, num castigo de excepcional severidade. No seio da multidão, bastante variada, existia um grupo mais restrito e mais distinto de fiéis reais, a que se dava o nome de *leudes* (*) do príncipe, isto é a sua «gente», os quais, na anarquia dos últimos tempos merovíngios, dispuseram por mais do que uma vez da coroa ou do Estado. Como acontecera em Roma, o jovem de boa família que queria singrar no mundo «entregava-se» a uma pessoa importante, a menos que o seu futuro já tivesse assim sido destinado, desde a infância, por um

(*) A palavra deriva do baixo latim *leudes*, frequentemente *leudi*, pessoas. No contexto significa o súbdito de um rei merovíngio, a ele ligado por um juramento pessoal. (N. T.)

pai providente. Não obstante os concílios, muitos eclesiásticos de todas as categorias não reacearam buscar o patronato dos laicos. No entanto, as camadas inferiores da sociedade parecem ter sido aquelas onde as relações de subordinação foram desde cedo, as mais divulgadas, bem como as mais restritivas. A única forma de «recomendação» de que temos conhecimento põe em cena um pobre miserável, que aceita um senhor porque «não tem que comer nem que vestir». Não se faz distinção, aliás, nem de palavras, nem mesmo, pelo menos, bem nítida, de ideias, entre estes diversos aspectos da dependência, tão opostos, afinal, pela sua tonalidade social.

Fosse qual fosse o «recomendado», parece que prestava quase sempre juramento ao seu senhor. Seria o uso que igualmente o aconselhava a submeter-se a um acto formal de submissão? Pouco sabemos. Exclusivamente dedicados aos velhos moldes do povo e da linhagem, os direitos oficiais nada dizem a tal respeito. Quanto aos acordos particulares, não recorriam à forma escrita, que é a única que deixa vestígios. A partir da segunda metade do século VIII, no entanto, os documentos começam a mencionar o ritual das mãos nas mãos. Em verdade, mencionam-no usado, primeiro, apenas entre pessoas da categoria mais elevada: o protegido é um príncipe estrangeiro; o protector é o rei dos Francos. Não nos deixemos confundir por esta atitude dos escritores. A cerimónia só era considerada como merecedora de ser descrita, quando, associada a acontecimentos de alta política, figurava entre os episódios de uma entrevista de príncipes. Na rotina diária da vida, passava por banal: portanto, era votada ao silêncio. Decerto estava em uso muito antes de surgir à luz dos textos. A concordância dos costumes francos, anglo-saxões e escandinavos atesta a sua origem germânica. Mas o símbolo era demasiado evidente para que não fosse adoptado por toda a população. Vemo-lo, na Inglaterra, e entre os Escandinavos, exprimir, indiferentemente, formas diversas de subordinação: de escravo a senhor, de livre companheiro a chefe de guerra. Tudo leva a pensar que assim tenha sido, durante muito tempo, na Gália franca. O gesto servia para concluir contratos de protecção de natureza variável e, umas vezes cumprido, outras esquecido, não parecia ser indisponível a nenhum. Uma instituição exige uma terminologia sem demasiada ambiguidade e um ritual relativamente estável. Mas no mundo merovíngio, as relações pessoais não passavam ainda de uma prática.

IV. Os guerreiros domésticos

No entanto, existia, desde já, um grupo de dependentes diferente pelas suas condições de vida. Era aquele que se compunha dos guerreiros domésticos, em redor de cada homem importante e do próprio rei. Na verdade, o mais premente dos problemas que então se

impunha às classes dirigentes era, muito menos o de administrar, durante a paz, o Estado ou as fortunas particulares, do que o de arranjar os meios de combater. Pública ou privada, empresa de prazer ou de defesa dos bens e da vida, a guerra durante muitos séculos apareceria como a trama quotidiana de qualquer carreira de chefe e a razão de ser profunda de qualquer poder de comando.

Quando os reis francos se tornaram donos da Gália, herdaram dois sistemas, ambos para formarem os exércitos, e que se dirigiam às massas: na Germânia, todo o homem livre era um guerreiro; Roma, na medida em que utilizava ainda tropas indígenas, recrutava-os principalmente entre os agricultores. O Estado franco, durante as suas dinastias sucessivas, manteve o princípio da mobilização geral, o qual, aliás, atravessaria toda a idade feudal e lhe sobreviveria. Os preceitos reais esforçaram-se, em vão, por proporcionar esta obrigação aos ricos, por reunir os mais pobres em pequenos grupos, cada um dos quais devia fornecer um soldado. Variáveis, conforme as exigências do momento, estas medidas de aplicação prática mantinham intacta a regra. Do mesmo modo, os poderosos, nas suas questões, não receavam envolver no combate os seus camponeses.

Nos reinos bárbaros, no entanto, a máquina do recrutamento era pesada, nas mãos de uma administração cada vez menos capaz de bastar à sua tarefa burocrática. Por outro lado, a conquista havia desfeito os velhos quadros estabelecidos pelas sociedades germânicas, tanto para o combate, como para a paz. Finalmente, o germano comum, entregue aos cuidados de uma agricultura daí em diante mais estável, sendo mais guerreiro do que camponês, na época das migrações, tornava-se pouco a pouco mais camponês do que guerreiro. Certamente que o antigo colono romano, quando os acampamentos o arrebatavam à gleba, também não era guerreiro, mas era integrado nas fileiras de legiões organizadas que o formavam. No Estado franco, pelo contrário, além dos guardas que rodeavam o rei e os grandes, não havia tropas permanentes; por conseguinte, não existia instrução regular dos mancebos. Falta de decisão e inexperiência, nos recrutas; e também dificuldades de armamento — foi preciso, no tempo de Carlos Magno — proibir que se apresentassem no exército munidos apenas dum pau. Estes defeitos cedo pesaram, sem dúvida, sobre o sistema militar do período merovíngio. Mas tornaram-se cada vez mais notados à medida que a preponderância, no campo de batalha, passou da infantaria para a cavalaria, equipada com importante armamento ofensivo e defensivo. Na verdade, para dispor de uma montada de guerra e equipar-se da cabeça aos pés, era preciso gozar de certo desafogo ou receber subsídios de alguém que fosse mais rico. Segundo a lei dos antigos germanos, um cavalo valia seis vezes mais do que um boi; uma cota — espécie de couraça em pele, reforçada com placas de me-

tal —, o mesmo preço; um elmo, apenas metade daquele valor. Em 761, um pequeno proprietário da Alemanha não cedeu os campos paternos e um escravo em troca de um cavalo e de uma espada? (153). Por outro lado, era necessária uma longa aprendizagem para saber manobrar eficazmente o corcel durante o combate e para praticar uma esgrima difícil, sob uma pesada armadura. «Podes fazer um cavaleiro de um rapaz púbere; mais tarde, nunca o conseguirás». Esta máxima, no tempo dos primeiros carolíngios, tinha passado a provérbio (154).

No entanto, porque se desencadeou a decadência da infantaria, cujas repercussões sociais seriam tão consideráveis? Por vezes, tem-se pretendido ver nela um efeito das invasões árabes: para sustar o embate dos cavaleiros sarracenos ou para os perseguir, Carlos Martel teria transformado os seus Francos em cavaleiros. O exagero é manifesto. Supondo mesmo — o que tem sido contestado — que a cavalaria desempenhasse ao mesmo tempo um papel tão decisivo nos exércitos do Islão, os Francos, que sempre haviam tido tropas montadas, não estiveram à espera de Poitiers para lhe dar mais importância. Quando, em 755, a reunião anual dos grandes e do exército foi transferida, por Pepino, de Março para Maio, que é o tempo das primeiras pastagens, esta medida significativa marcou o ponto final de uma evolução que se prolongava há vários séculos. Comum ao maior número dos reinos bárbaros e até ao Império do Oriente, os seus motivos nunca foram muito bem compreendidos, por um lado, por não terem sido considerados certos factores técnicos, por outro, porque, no terreno próprio da arte militar, a atenção se desviou demasiado exclusivamente para a tática de combate, em prejuízo dos seus antecedentes e das suas consequências.

Ignorados pelas sociedades mediterrânicas clássicas, o estribo e a ferradura só aparecem nos documentos figurados do Ocidente depois do século IX. Mas parece que, aqui, a imagem se atrasou em relação à vida. Inventado provavelmente entre os Sármatas, o estribo foi um presente dos nómadas da estepe euroasiática à nossa Europa e esta introdução foi um dos efeitos do contacto, muito mais estreito do que até ali e estabelecido pela época das invasões, entre os sedentários de Oeste e as civilizações equestres das grandes planícies: umas vezes, directamente, graças às migrações dos Alanos, anteriormente fixados no Norte do Cáucaso e dos quais várias fracções, arrastadas pelo fluxo germânico, encontraram asilo no coração da Gália ou da Espanha; outras vezes e sobretudo, por intermédio de alguns dos povos germânicos que, tal como os Godos, tinham vivido algum tempo nas margens do Mar Negro. A ferradura, também, provavelmente, veio do Oriente. Ela na verdade facilitava extremamente as cavalgadas e a carga, nos terrenos maus. O estribo, por seu lado, não poupava apenas a fadiga do cavaleiro, mas, propor-

cionando-lhe uma postura melhor, aumentava a eficácia do seu impulso.

Quanto ao combate, a carga de cavalaria tornou-se, certamente, das modalidades mais frequentes, mas não a única. Quando as condições do terreno o exigiam, os cavaleiros desmontavam e, para o assalto, faziam-se provisoriamente soldados de infantaria; a história militar da época feudal abunda em exemplos desta tática. Porém, na ausência de estradas convenientes ou de tropas treinadas nas manobras sabiamente combinadas que haviam feito a força das legiões romanas, só o cavalo permitia levar a bom termo, não só as longas jornadas impostas pela guerra entre os príncipes, como também as bruscas guerrilhas que os chefes, normalmente, gostavam de provocar; chegar depressa e sem grande cansaço ao campo de batalha, através de terras cultivadas e de pântanos; uma vez ali, confundir o adversário com movimentos inesperados; e até, se a sorte era adversa, escapar ao massacre por uma retirada oportuna. Quando, em 1075, os Saxões foram derrotados por Henrique IV da Alemanha, a nobreza ficou devendo à agilidade das suas montadas o facto de ter sofrido perdas mais leves do que a infantaria camponesa, incapaz de se furtar à chacina com a rapidez necessária.

Assim, na Gália franca, tudo conspirava no sentido de tornar cada vez mais necessário o recurso a guerreiros profissionais, instruídos por uma tradição de grupo e que, acima de tudo, fossem cavaleiros. Ainda que o serviço a cavalo, em favor do rei, tenha continuado a ser exigido, quase até ao termo do século IX, em princípio a todos os homens livres suficientemente abastados para poderem ter acesso a ele, o núcleo dessas tropas montadas, exercitadas e bem equipadas, que eram as únicas de quem se esperava uma eficácia real, foi naturalmente recrutado entre os cavaleiros armados, de há muito reunidos em redor dos príncipes e dos grandes.

Nas antigas sociedades germânicas, se os quadros das associações consanguíneas e dos povos bastavam ao jogo normal da existência, o espírito de aventura ou de ambição, pelo contrário, nunca se contentou com eles. Os chefes, principalmente os chefes jovens, agrupavam em seu redor «companheiros» (em alemão antigo *gisind*, à letra: companheiro de expedição; Tácito traduziu a palavra, com muita exactidão, pelo latim *comes*). Guiavam-nos no combate e na pilhagem; durante o repouso, davam-lhes hospitalidade nos grandes «halls» de madeira, propícios às longas libações. A pequena tropa fazia a força do seu capitão nas guerras ou nas «vendettas»; garantia a sua autoridade nas deliberações de homens livres; as liberalidades — de alimentação, de escravos, de anéis de ouro — que espalhava sobre ela constituíam um elemento indispensável ao seu prestígio. Assim Tácito nos descreve o companheirismo, na Germânia, do século I; assim ele revive ainda, séculos depois, no poema de

Beowulf e, com algumas variantes inevitáveis, nas velhas sagas escandinavas.

Uma vez estabelecidos nos destroços da *Romania*, os chefes bárbaros não renunciaram a estas práticas, na medida em que, no mundo em que acabavam de penetrar, o costume dos soldados privados florescia há muito tempo. Nos últimos séculos de Roma, não havia membro da alta aristocracia que não tivesse os seus. Davam-lhes muitas vezes o nome de *buccellarii*, do nome do biscoito (*buccella*) que, melhor do que o pão vulgar de campanha, lhes era geralmente distribuído: assalariados, aliás, mais do que companheiros, mas bastante numerosos e leais para que estas escoltas pessoais, que rodeavam os senhores tornados generais do Império, tenham podido conservar, nas forças existentes, um lugar que muitas vezes foi de primeiro plano.

Entre as perturbações da época merovíngia, o emprego de tais escoltas armadas impor-se-ia mais do que nunca. O rei tinha a sua guarda, a que se dava o nome de «truste», a qual, desde sempre, havia sido montada, pelo menos em grande parte. O mesmo acontecia com os principais súbditos, quer fossem francos ou romanos de origem. Nem as próprias igrejas deixavam de julgar necessário garantir assim a sua segurança. Estes «gladiadores», como diz Gregório de Tours, formavam tropas bastante heterogêneas, onde não faltavam os aventureiros celerados. Os senhores não deixavam de recrutar para elas os seus escravos mais vigorosos. No entanto, parece que os homens livres eram mais numerosos. Mas mesmo estes nem sempre pertenciam, pelo nascimento, a condições elevadas. Certamente que o serviço compreendia mais do que um grau, na consideração e na recompensa. Todavia, é significativo que, no século VII, a mesma fórmula de escritura pudesse servir indiferentemente para a doação duma «pequena terra» em favor dum escravo ou dum *gasindus*.

Neste último termo, reconhece-se o velho nome do companheiro de guerra germano. Parece, com efeito, ter servido correntemente para designar, na Gália merovíngia, como aliás no conjunto do mundo bárbaro, o homem de armas privado. Todavia, progressivamente, cedeu o lugar a uma palavra indígena: vassalo (*vassus*, *vassalus*), à qual estava reservado um belo futuro. Este recém-chegado não tinha nascido romano, era celta, pelas origens⁽¹⁵⁵⁾. Mas tinha certamente penetrado no latim falado da Gália muito antes de ser encontrado escrito, pela primeira vez, na *Lei Sália*: a sua entrada só pode ter sido feita no tempo muito recuado de Clóvis, em que, no nosso território, ao lado de populações conquistadas pela língua de Roma, viviam ainda grupos importantes que tinham permanecido fiéis à dos seus antepassados. Veneremos nele, portanto, se quisermos fazê-lo, um daqueles filhos autênticos dos Gauleses, cuja vida se prolonga nas camadas profundas do francês.

Que isto se faça, no entanto, abstendo-nos de concluir, da sua adopção pelo léxico feudal, que houve qualquer longínqua filiação da vassalagem militar. Evidentemente que a sociedade gaulesa, antes da Conquista, como as sociedades celtas em geral, tinha praticado um sistema de «companheirismo» semelhante em muitos pontos ao da antiga Germânia. Quaisquer que tenham sido as sobrevivências destes usos, sob a superstrutura romana, uma coisa é certa: os nomes do «cliente» armado, tal como César no-los revela — «ambacte» ou, na Aquitânia, *soldurius* —, desapareceram sem deixar traços⁽¹⁶⁶⁾. O significado de vassalo, no momento da sua passagem ao latim vulgar, era singularmente mais humilde: jovem rapaz — esta significação devia perpetuar-se durante toda a Idade Média no diminutivo «valet» — e também por um desvio semântico, análogo ao que sofreu o latim *puer*, escravo doméstico. Àqueles que estão constantemente à roda do senhor, não lhes dá ele o nome de seus «rapazes»? Este segundo valor é o que, na Gália franca, diversos textos escalonados do VI ao VIII séculos, continuam a atribuir-lhe. Depois, pouco a pouco, uma nova acepção aparece, a qual, no século VIII, concorre com a precedente e, no seguinte, a substitui. Vários escravos da casa eram «honrados» mediante a sua admissão na guarda. Os outros membros desta tropa, sem serem escravos, não deixavam por isso de viver na habitação do senhor, servindo-o de mil e uma maneiras e recebendo directamente as suas ordens. Estes também eram seus «rapazes». Juntamente com os seus camaradas de origem servil, foram incluídos na designação de vassalos, daí em diante especializada na significação de criados de armas. Finalmente, este rótulo ainda há pouco vulgar e, evocativo de certa familiaridade, ficou reservado aos únicos homens livres da tropa.

Na verdade, esta história de uma palavra, oriunda das profundidades da servidão, para pouco a pouco se revestir de honra, traduz a própria curva da instituição. Por modesta que tenha sido a sua origem, a condição de muitos «sicários», sustentados pelos grandes e mesmo pelo rei, não deixava de conter, a partir desse momento, sérios elementos de prestígio. Os laços que uniam estes companheiros de guerra ao seu chefe eram um daqueles contratos de fidelidade livremente consentidos que estavam de acordo com as situações sociais mais respeitáveis. O termo que designava a guarda real é plenamente significativo: *truste*, ou seja, fé. O novo recruta admitido nesta tropa jurava fidelidade; em troca, o rei, comprometia-se a «prestar-lhe auxílio». Eram os verdadeiros princípios da «protecção». Sem dúvida que os poderosos e os seus *gasindi* ou vassalos trocavam entre si promessas análogas. Ser protegido por uma alta personagem oferecia, aliás, uma garantia não só de segurança, mas também de consideração. À medida que, na decomposição do Estado, todo o governante devia procurar quem o ajudasse entre os homens

que lhe estavam directamente ligados, que, na decadência dos velhos hábitos militares o recurso ao guerreiro por ofício se tornava cada dia mais necessário e mais admirada a função daquele que manejava as armas, revelou-se, com uma força crescente, que, de todas as formas da subordinação de um indivíduo a outro, a mais elevada consistia em servir, com a espada, com a lança e com o cavalo, um senhor do qual se houvesse declarado solenemente fiel.

Mas já começava a fazer-se sentir uma influência que, ao agir profundamente sobre a instituição vassálica, devia, em larga medida, fazê-la desviar da sua primitiva orientação. Foi a intervenção, nestas relações humanas até ali alheias ao Estado, dum Estado, se não novo, pelo menos renovado: o dos Carolíngios.

V. A vassalagem carolíngia

Da política dos Carolíngios, — como é hábito, deve entender-se por esta expressão, a par das intenções pessoais dos príncipes, alguns dos quais foram homens notáveis, os pontos de vista dos seus estados-maiores — pode dizer-se que foi dominada ao mesmo tempo por hábitos adquiridos e por princípios. Vindos da aristocracia, chegados ao poder depois de um longo esforço contra a realza tradicional, tinha sido por intermédio do agrupamento em seu redor de tropas de dependentes armados e pela imposição do seu «maimbour» a outros chefes que os primeiros da raça, pouco a pouco, se haviam tornado os senhores do povo franco. Como admirarmo-nos de que, uma vez chegados ao pináculo eles tenham continuado a considerar como normais os laços desta natureza? Por outro lado, a sua ambição, desde Carlos Martel, foi reconstituir esta força pública que primeiramente, com os seus pares, tinham contribuído para destruir. Queriam fazer reinar, nos seus Estados, a ordem e a paz cristã. Queriam soldados para alargar o seu domínio e conduzir a Guerra Santa contra os infiéis, pois ela era geradora de poder e frutuosa para as almas.

Ora as antigas instituições pareciam insuficientes para tal tarefa. A monarquia dispunha apenas de um pequeno número de agentes, aliás de pouca confiança — exceptuando alguns homens de Igreja — destituídos de tradição e de cultura profissionais. Também as condições económicas proibiam a instituição de um vasto sistema de funcionalismo assalariado. As comunicações eram morosas, incómodas, incertas. A principal dificuldade que a administração central encontrava era chegar junto dos indivíduos, para exigir os serviços devidos e exercer sobre eles as necessárias sanções. Daqui veio a ideia de utilizar para os fins do governo a rede das relações de subordinação já fortemente constituídas; o senhor, em todos os graus da hierarquia, sendo o responsável pelo seu «homem», estaria encarregado de o

manter no seu dever. Os Carolíngios não tiveram o monopólio desta concepção; ela havia já inspirado várias prescrições legislativas à monarquia visigótica de Espanha. Os refugiados espanhóis, que eram numerosos na corte franca, contribuíram talvez para aí fazerem conhecer e apreciar estes princípios. A desconfiança muito viva que as leis anglo-saxónicas mais tarde testemunhariam relativamente ao «homem sem senhor» traduz atitudes análogas. Mas raramente uma política semelhante foi mais conscientemente prosseguida e — seríamos tentados a acrescentar — ilusão semelhante foi alimentada com mais espírito de continuidade do que no reino franco, nas proximidades do ano 800. «Que cada chefe exerça uma acção coercitiva sobre os seus inferiores, a fim de que estes, cada vez melhor, obedeçam, de boa vontade, aos mandamentos e preceitos imperiais⁽¹⁷⁾»: esta frase, de uma capitular de 810, resume, numa expressiva síntese, uma das máximas fundamentais do edifício construído por Pepino e Carlos Magno. Assim, na Rússia, no tempo da servidão, o czar Nicolau I vangloriava-se, segundo se diz, de contar, nos seus *pomichtchiks*, senhores das aldeias, «cem mil comissários de polícia».

A mais urgente das medidas, nesta ordem de ideias, era evidentemente integrar na lei as relações vassálicas e, simultaneamente, conferir-lhes a estabilidade capaz só por si de fazer delas um apoio firme. Desde o começo que os «recomendados» de categoria inferior tinham comprometido as suas vidas: tal como o fizera o esfomeado da fórmula da Touraine. Mas se, muito tempo depois, sem dúvida, ou por o terem prometido expressamente, ou porque os costumes ou os seus interesses a tal os obrigassem, na prática, tinha-se visto que muitos companheiros de guerra serviam, eles também, até à morte; nada prova que, no tempo dos Merovíngios, esta regra tenha sido de modo algum geral. Na Espanha, o direito visigótico jamais deixou de reconhecer aos soldados privados a faculdade de mudarem de senhor: pois, dizia a lei, «o homem livre conserva sempre o poder sobre a sua pessoa». Sob os Carolíngios, pelo contrário, diversos éditos reais ou imperiais se preocuparam em determinar com precisão as faltas cometidas pelo senhor, as quais justificavam a ruptura do contrato por parte do vassalo. Isto era decidir que, exceptuando estes casos e sob reserva duma separação por mútuo consentimento, o vínculo era indissolúvel, enquanto a vida durasse.

O senhor, por outro lado, foi oficialmente encarregado, sob sua responsabilidade, de garantir a comparência do vassalo perante os tribunais e no exército. Se ele tomava também parte no exército? Os seus vassallos combatiam debaixo das suas ordens. Só na ausência do senhor eles passavam a estar sob o comando directo do representante do rei: o conde.

No entanto, para quê pretender utilizar assim os senhores para atingir os vassallos, se estes senhores, por sua vez, não estavam soli-

damente ligados ao soberano? Foi esforçando-se para realizar esta condição indispensável ao seu grande desígnio que os Carolíngios contribuíram para ampliar até ao máximo as aplicações sociais da vassalagem.

Uma vez atingido o poder, eles tinham que recompensar os seus «homens». Distribuíram-lhes terras, segundo os processos que mais adiante especificaremos. Além disso, mordomos-mores, e depois reis, para obterem os apoios desejados, principalmente para constituírem um exército, foram levados a atrair à sua dependência, e também aqui, muitas vezes mediante oferta de terras, uma multidão de personagens, na sua maioria já colocadas bastante acima. Os antigos membros da comitiva militar, detentores dos bens concedidos pelo príncipe, não deixaram de ser tidos como seus vassallos. O mesmo vínculo foi considerado como unindo a ele os seus novos fiéis, que nunca tinham sido seus companheiros. Uns e outros serviam-no no exército, seguidos dos seus próprios vassallos, se os tivessem. Mas, chamados a passarem longe dele a maior parte dos seus dias, as suas condições de vida eram profundamente diferentes das dos guerreiros domésticos de há pouco. Em contrapartida, sendo cada um o centro de um grupo mais ou menos numeroso de dependentes, esperava-se deles que mantivessem essa gente na ordem; sendo necessário, até, que exercessem sobre os seus vizinhos uma vigilância análoga. Assim, entre as populações do imenso Império, distinguiu-se uma classe, proporcionalmente muito numerosa, de «vassallos do Senhor» — entenda-se «do Senhor Rei» (*vassi dominici*) — os quais, disfrutando da protecção particular do soberano e encarregados de lhe fornecerem uma grande parte das suas tropas, deviam formar ainda, através das províncias, como que as malhas duma vasta rede de lealdade. Quando, em 871, tendo vencido seu filho Carlomano, Carlos, o Calvo, quis fazer voltar ao dever os cúmplices do jovem rebelde, julgou que não poderia ter êxito senão obrigando-os a escolherem, cada um, um senhor, a seu gosto, entre os vassallos reais.

Houve mais: este vínculo de vassalagem, cuja experiência parecia atestar a força, lembraram-se os Carolíngios de o empregar para garantirem a fidelidade eternamente periclitante dos seus funcionários. Estes haviam sido sempre considerados como abrangidos pelo «maimbour» especial do soberano; sempre lhe tinham prestado juramento; eram, cada vez mais frequentemente, recrutados entre homens que, antes de receberem do soberano esta missão, o tinham servido como vassallos. A prática generalizou-se pouco a pouco. Pelo menos a partir do reinado de Luís o Pio, não existiu cargo da corte, nem grande missão, nem condado, nomeadamente, cujo titular não tenha tido que se fazer, de mãos juntas, vassallo do monarca, o mais tardar aquando da sua entrada em funções. Aos próprios príncipes estrangeiros, quando reconheciam o protectorado franco, desde o meio do século VIII, era-lhes exigido que se submetessem a esta certi-

mónia, sendo considerados, por sua vez, vassallos do rei ou do imperador. Evidentemente, ninguém esperava que estas altas personagens fizessem a guarda na residência do senhor, como o faziam os criados de armas de outrora. À sua maneira, no entanto, eles pertenciam à sua casa militar, pois antes de mais nada deviam-lhe, pelo seu juramento, o auxílio de guerra.

Ora os grandes, por seu lado, tinham-se habituado há muito a verem nos bons companheiros que formavam os seus grupos homens de confiança, aptos para o desempenho das missões mais diversas. Se um emprego distante, a doação de uma terra, uma herança, obrigava um destes leais rapazes a abandonar o serviço pessoal, o chefe nem por isso deixava de considerá-lo como um dos seus fiéis. Neste ponto, ainda, numa palavra, a vassalagem, por um movimento espontâneo, tendia a furtar-se ao círculo restrito da sede senhorial. O exemplo dos reis, a influência das regras de direito que eles haviam promulgado, estabilizaram estes usos flutuantes. Tanto senhores como subordinados não podiam deixar de escolher, naturalmente, uma forma de contrato que daí em diante dispunha de sanções legais. Por meio dos vínculos de vassalagem os condes chamaram a si os funcionários de classe inferior; o bispo ou o abade, os leigos que encarregavam de os ajudar a administrar a justiça ou a enquadrar os seus súbditos no exército. Os poderosos, fossem quais fossem, esforçavam-se por atingir assim para a sua órbita multidões cada vez maiores de pequenos senhores, os quais, por sua vez, agiam do mesmo modo em relação aos que eram mais fracos ainda. Estes vassallos privados formavam uma sociedade misturada, que incluía ainda elementos bastante humildes. Entre aqueles que os condes, os bispos, os abades e abadessas autorizavam a permanecer na terra, aquando da convocação do exército, a alguns, como aos *vassi dominici* inferiores, era confiada a nobre missão de manter a paz. Outros, por seu turno, mais modestamente, tomavam conta da casa do senhor, dirigiam as colheitas, vigiavam a criadagem⁽¹⁵⁹⁾. Tratava-se, pelo menos, já de funções de comando, respeitáveis portanto. Em redor dos chefes de cada categoria, tal como em redor dos reis, o serviço puramente doméstico de outrora tinha fornecido o molde onde daí em diante seria vertida toda a sujeição que gozasse de honra.

VI. A elaboração da vassalagem clássica

Chegou, por fim, a ruína do Estado carolíngio: rápida e trágica derrota de um punhado de homens que, a custo de muitos arcaísmos e imperícias, mas com uma boa vontade imensa, se tinham esforçado por preservar certos valores de ordem e de civilização. Começou

então um longo período de perturbação e, ao mesmo tempo, de gestação. A vassalagem ia definir exactamente os seus traços.

No estado de guerra permanente em que daí em diante vive a Europa — invasões, guerras intestinas —, mais do que nunca o homem procura um chefe, os chefes procuram homens. Mas a extensão destas relações de protecção cessou de processar-se em favor dos reis; são as homenagens privadas que vão passar a multiplicar-se. Em volta dos castelos, principalmente, os quais, depois das incursões escandinavas ou húngaras se elevam nos campos, cada vez em maior número, é que os senhores, em seu próprio nome ou em nome de outro mais poderoso, comandam essas praças fortes e se esforçam por reunir vassallos, encarregados de garantirem a sua defesa. «O rei já só tem de rei o nome e a coroa... não é capaz de defender os seus bispos, nem os outros súbditos, dos perigos que os ameaçam. Por isso, uns e outros vão, de mãos postas, servir os grandes e assim alcançam a paz». É este o quadro que, cerca de 1016, um prelado alemão traçava da anarquia no reino da Borgonha. No Artois, no século seguinte, um monge explica convenientemente de que modo, na «nobreza», só um pequeno número de homens pôde «permanecer submisso unicamente às sanções públicas», evitando os vínculos das dominações senhoriais. É evidente que convém entender por «sanções públicas» menos a autoridade monárquica, muito mais distante, que a do conde, depositário, em lugar do soberano, daquilo que restava de poder superior às subordinações pessoais, pela sua essência⁽¹⁶⁰⁾.

Assim, era de cima para baixo, na sociedade e não apenas entre aqueles «nobres» de que fala o nosso monge, que a dependência alastrava. Mas entre as suas diversas formas, caracterizadas por atmosferas sociais diferentes, a linha de demarcação que a época carolíngia começara a traçar acabou de definir-se.

Evidentemente que a linguagem, os próprios costumes, conservaram durante muito tempo muitos vestígios da antiga confusão. Alguns grupos de modestíssimos súbditos senhoriais, votados aos trabalhos desprezíveis da terra e limitados a tarefas que eram consideradas servis, continuaram até ao século XII a usar a designação de «recomendados» que, não longe dali, a *Chanson de Roland* aplicava aos vassallos superiores. Dos servos, porque eram os «homens» do seu senhor, dizia-se frequentemente que viviam na sua «homenagem». Não era apenas o acto formal pelo qual um indivíduo se reconhecia servo de outro que era designado algumas vezes por esse nome, nem o único que lembrava, aqui e além, pelo seu ritual, os gestos característicos da homenagem «de mãos»⁽¹⁶⁰⁾.

Esta homenagem servil, no entanto, onde tinha lugar, opunha-se à dos vassallos, por um contraste decisivo; não era necessário ser renovada em cada geração. Na verdade, chegara-se ao ponto de distinguir, cada vez com mais nitidez, duas maneiras de estar ligado a

um chefe. Uma, é hereditária e marcada por toda a espécie de obrigações consideradas de natureza bastante inferior. Especialmente por excluir qualquer escolha na sujeição, passa por ser contrária àquilo a que hoje se chama «liberdade». É a servidão, na qual caiu a maior parte dos «recomendados» de categoria inferior, apesar do carácter «ingénuile» pelo qual a sua submissão era afectada, originariamente, num tempo em que as classificações sociais se regiam por princípios diferentes. O outro vínculo, chamado vassalagem, se não na prática, pelo menos de direito, dura apenas até ao dia em que qualquer das duas vidas assim ligadas acabe. Por esta mesma característica, que lhe evita o aspecto chocante de uma sujeição herdada pelo sangue, é adequada ao honroso serviço da espada. A forma de auxílio que comporta é, com efeito, essencialmente guerreira. Por uma sinonímia característica, os documentos latinos, desde o final do século IX, dizem mais ou menos indiferentemente de um homem que ele é o vassalo ou o *miles* do seu senhor. À letra, o segundo termo deveria traduzir-se por «soldado», mas os textos franceses, desde o seu aparecimento, traduziram-no por «cavaleiro» e era certamente esta expressão da língua falada que já os notários de antigamente tinham tido em mente. O soldado por excelência era aquele que servia a cavalo, com a grande armadura de guerra e a função do vassalo consistia, acima de tudo, em combater, assim equipado, pelo seu senhor. De tal maneira que, por outra transformação da velha palavra, outrora tão humilde, a linguagem vulgar acabará por designar normalmente por «vassalagem» a mais bela das virtudes que uma sociedade sempre em pé de guerra pôde conhecer, ou seja, a bravura. A relação de dependência assim definida era contratada pela homenagem manual, daí em diante especializada, ou quase, em tal função. Mas este ritual de profunda dedicação passou a ser geralmente completado, ao que parece depois do século X, pela adição do beijo, o qual, ao colocar os dois indivíduos no mesmo plano de amizade, confere mais dignidade à subordinação do tipo vassálico. Com efeito, ela compromete apenas pessoas de categoria distinta, por vezes, muito elevada. Proveniente da antiga e desconexa «protecção», a vassalagem militar representava definitivamente o seu aspecto mais alto.

NOTAS

(150) HASKINS, *Norman institutions*, Cambridge (USA), 1918, Harvard Historical Studies, XXIV, p. 63.

(151) Só por um verdadeiro contra-senso é que «suserano» foi empregado algumas vezes nesta acepção, após os feudistas do Antigo Regime. A significação verdadeira era bem diferente. Ou seja, Paulo, que tinha prestado homenagem a Pedro, que por sua vez a prestou a Tiago. Tiago — e não Pedro — será o «senhor suserano», ou, em resumo, o suserano de Paulo: entenda-se o senhor superior (a palavra parece ter derivado do advérbio *sus*, por analogia com soberano). Por outras palavras, o meu suserano é o senhor do meu senhor e não o meu senhor directo. A expressão parece aliás ser tardia (século XVI?).

(152) MIROT, *Les ordonnances de Charles VII relatives à la prestation des hommages*, em *Mémoires de la Société pour l'histoire du droit et des institutions des anciens pays bourguignons*, fasc. 2, 1935; G. DUPONT-FERRIER, *Les origines et le premier siècle de la Cour du Trésor*, 1936, p. 108; P. DOGNON, *Les institutions politiques et administratives du pays de Languedoc*, 1895, p. 576 (1530).

(153) H. WARTMAN, *Urkundenbuch der Abtei Sanct-Gallen*, t. I, n.º 31.

(154) RABAN MAUR, em *Zeitschrift für deutsches Altertum*, t. XV, 1872, p. 444.

(155) G. DOTTIN, *La langue gauloise*, 1920, p. 296.

(156) Pelo menos com este sentido. Pois é ao «ambacte» que remonta — por meandros que não têm aqui lugar — a nossa palavra «embassada» (embaixada).

(157) *Capitulária*, t. I, n.º 64, c. 17.

(158) *Ibid.*, t. I, n.º 141, c. 27.

(159) THIETMAR DE MERSEBURGO, *Chronique*, VII, 30 — *Miracula S. Bertini*, II, 88, em MABILLON, *AA. SS. ord. S. Benedicti*, III, I, pp. 133-134.

(160) A utilização da homenagem como acto expiatório, que foi referida atrás, retoma o seu papel como gesto de submissão, próprio das classes relativamente elevadas. Testemunhos trazidos à luz por Platon, num artigo aliás insuficientemente crítico (*L'hommage comme moyen de contracter des obligations privées*, em *Revue générale du droit*, t. XXVI; 1902), mostram neste ritual, além do mais, um meio de contrair diversas obrigações de direito privado. Trata-se duma prática aberrante, limitada a um pequeno número de regiões (Catalunha, talvez também Castela) e de data tardia.